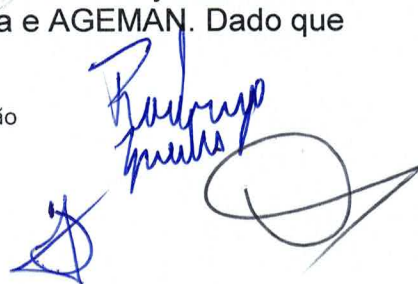


DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA  
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**Ata da Audiência Pública 16ª Comissão de  
Água e Saneamento - COMASA, realizada no  
dia 31 de março de 2025.**

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e quarenta e nove minutos, foi realizada a Audiência Pública da Comissão de Água e Saneamento – COMASA, sob a presidência do vereador Zé Ricardo (PT), conforme sua solicitação, por meio do requerimento n. 147/2025, objetivando discutir a cobrança da tarifa de esgoto em Manaus e seus impactos socioeconômicos, a qualidade dos serviços e investimentos, a sustentabilidade ambiental, a transparência e critérios de aplicação da taxa e tratamento e distribuição da rede de esgoto em Manaus. Estiveram presentes os vereadores: **Pai Amado (Avante)**, **Rodrigo Guedes (PP)** e o suplente, **vereador Sérgio Baré (PRD)**. Ainda, a Audiência Pública contou com a presença do **vereador Paulo Tyrone (PMB)**. Participaram os seguintes convidados: Elson Andrade Ferreira Júnior, Presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos – AGEMAN; Pedro Augusto de Freitas, Diretor-Presidente da Água de Manaus; Lincoln Alencar de Queiroz, Promotor de Justiça Titular 52ª PRODECON do Ministério Público do Estado do Amazonas; Inaldo Seixas Cruz, representando o Conselho Regional de Economia – CORECON; Sandoval Alves Rocha, representando o Fórum das Águas do Amazonas; Humberto de Alencar Brito de Sousa; Robson Goiabeira, representando a UGPM/PMM e Reginaldo Souza de Oliveira, representando a OAB/AM. O proponente dos trabalhos, vereador **Zé Ricardo**, iniciou pontuando a importância de ouvir as insatisfações do povo sobre o recente aumento abusivo das tarifas de água e de esgoto na cidade, ressaltando a importância dos agentes públicos prestarem esclarecimentos sobre essas cobranças e aproveitarem o ensejo para aclararem as metas da concessionária, relatórios anuais, licenciamento das estações de tratamento, entre outros. O vereador **Pai Amado** registrou sua participação, solicitando informações da concessionária de água, os prazos para a realização de serviços, a fim de que pudessem ser acompanhados e cobrados. Na sequência, o vereador **Rodrigo Guedes** ressaltou a importância dos trabalhos porque presumia que seriam respondidos os anseios da população. Descreveu o processo de privatização que desencadeou a atual cobrança da tarifa de esgoto, destacando ações de políticos para derrubar o que foi pactuado desde então, mas sem sucesso. O parlamentar salientou que a cobrança da tarifa de esgoto precisava ser discutida amplamente de forma correta e justa, buscando uma solução legal e técnica. Ainda, citou a reunião técnica realizada há duas semanas neste Poder sobre o assunto, expressando questões pontuadas nesta oportunidade e ressaltou também que ninguém era contra a cobrança da rede de esgoto, mas todos queriam pagar uma taxa justa. Antes de finalizar, falou sobre a falta de sintonia entre a concessionária e AGEMAN. Dado que

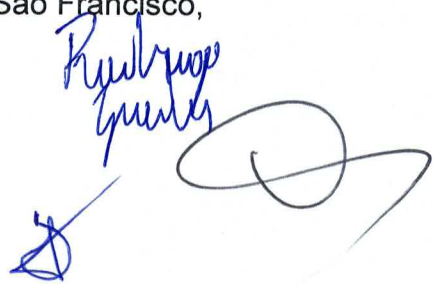




DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA  
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da COMASA, realizada no dia 31.03.2025

os agentes da concessionária de água falaram que os serviços eram cobrados, onde tinha cobertura dos serviços, logo, o vereador **Paulo Tyrone** solicitou esclarecimentos acerca dessa cobertura atualizada. Destacou, também, na sua fala, a falta de conexão entre a prefeitura e a concessionária de águas. A seguir, o vereador **Sergio Baré**, após questionar do público presente se alguém tinha se sentido lesado pela prestação de serviços da concessionária de água na cidade Manaus, declarou que essa indagação deveria ser respondida à sociedade pelas autoridades. Após aberta a participação popular ao debate, o senhor **Humberto de Alencar**, morador do bairro de São Francisco, queixou-se que o seu bairro não dispunha do serviço de esgoto porque o ducto se encontrava entupido, dificultando a conexão. No entanto, essa obstrução não havia impedido as cobranças. Os problemas sofridos levaram os moradores da comunidade a buscar as autoridades competentes, ainda assim, nada proposto foi cumprido. Logo depois, o senhor **Sandoval Rocha**, representando o Fórum das Águas do Amazonas, achou importante o trabalho realizado pela oportunidade de discutir o tema com o usuário, visto que uma pesquisa recente apontou que Manaus estava muito abaixo no ranking das capitais ouvidas pelos poderes públicos. Ao pontuar sobre a AGEMAN, citou a falta de autonomia da autarquia constada pela CPI das Águas, consequentemente sugerindo que a comissão parlamentar propusesse uma correção dessa falha. No tocante a tarifa de esgoto, questionou o percentual da população que estava inadimplente. Em seguida, o senhor **Inaldo Seixas**, representando o Conselho Regional de Economia, expressou o ponto de vista do conselho sobre a cobrança dos serviços de água na cidade, o qual entendiam que não havia equiparação de tarifa, a exemplo de outros estados. Também falou que havia ausência de tarifa diferenciada para micro e pequenas empresas – MEI. Neste sentido, ele propôs que fosse elaborada a tabela de tarifas, contemplando valores menores para MEI. O representante do Ordem dos Advogados do Amazonas – OAB, senhor **Reginaldo Souza de Oliveira**, iniciou falando que o assunto era bastante complexo e de interesse da sociedade. Após relatar suas ações enquanto advogado, considerou a cobrança da taxa abusiva, sugerindo que ela fosse revista e acessível a todos. Em relação aos moradores do bairro de São Francisco, sugeriu que fosse feita reunião. Colocou a OAB à disposição para acompanhar e eliminar qualquer dúvida a respeito da rede de esgoto, assim como destacou a importância das ações deste parlamento sobre a tarifa de água. Na sequência, o Promotor de Justiça Titular da 52ª – PRODECON, **Lincoln Alencar de Queiroz**, falou da importância de ouvir a população para alcançar a resolutividade de muitos problemas. Ao pontuar sobre a cobrança da tarifa de esgoto, disse que constatou que as pessoas presentes buscavam a solução do problema. Então, enquanto representante do Ministério Público do Amazonas, indicou os meios legais para que as denúncias fossem formalizadas, inclusive, disponibilizando o site do órgão. Destacou que todas as demandas apresentadas ao Ministério Público tiveram um alto grau de resolutividade. Ao representante do bairro de São Francisco,

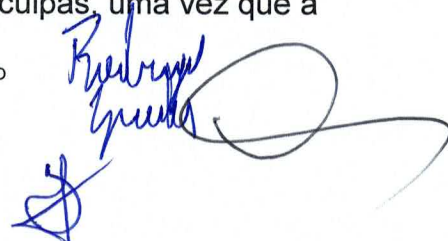




DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA  
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da COMASA, realizada no dia 31.03.2025

comunicou que o órgão aguardava resposta da concessionária de água para adotarem os procedimentos cabíveis. Embora questões relativas ao asfalto não fosse competência do órgão, ele falou que o Ministério Público havia feito muitas reuniões com o Município, onde argumentaram a importância da criação do Comitê Permanente para tratar desse tipo de assunto por envolver a tubulação de gás. Com relação aos esgotos entupidos, a demanda era nova, contudo, ficaram de verificar essa situação, acreditando que a AGEMAN responderia esse questionamento. Ainda, falou da importância de ser abordada nesta reunião as tarifas módicas para microempreendedores porque não havia previsão para isso. Continuando os trabalhos, o senhor **Raimundo Nonato**, morador do bairro da Compensa há muitos anos, considerou-se vítima da concessionária de água. Sobre a coleta de esgoto implantado na localidade, disse que não atendeu a demanda, causando transtornos. Citou também os buracos no asfalto causados pela concessionária de água. A senhora **Dora Martins**, moradora do bairro de Petrópolis, falou que o condomínio realizava o tratamento de esgoto e reclamou da taxa cobrada pela concessionária. Continuando, a senhora **Oriona**, síndica do condomínio Jardim Brasil, falou dos transtornos causados pelo tratamento de esgoto realizado pela concessionária no condomínio em que residia, bem como reclamou da cobrança da taxa. Falou, também, sobre o canal direto que existiu em gestão anterior da concessionária, por meio do qual facilitava o diálogo com a sociedade. Na sequência, o senhor **Cláudio Santos**, representando o residencial Viver Melhor, pronunciou-se sobre a construção do poço residencial no local onde morava, ressaltando que uns poços foram reativados e outros refeitos com água imprópria para o consumo. Portanto, os parlamentares presentes decidiram pela construção de um novo poço, entretanto, essa solução foi paliativa porque não atendeu a demanda local. Ainda, sugeriram a criação de uma ação emergencial para resolver esse imbróglio. Com a palavra o senhor **Edvan Alves**, representando a Associação dos moradores do bairro Jorge Teixeira, disse que faltava vontade política para punir a inércia da concessionária. Reclamou da ingerência da AGEMAN, principalmente das ações no bairro onde morava. Em resposta aos questionamentos, o senhor **Pedro Augusto de Freitas**, **diretor-presidente da concessionária de Águas**, inicialmente agradeceu o convite, oportunidade em que prestaria esclarecimentos a respeito dos serviços da concessionária. No tocante aos serviços de água, explicou o procedimento da empresa para atender o abastecimento de água na cidade, bem como convidou a população para conhecer as unidades operacionais e o prédio administrativo. Ao pontuar sobre a modicidade tarifária, disse que a cidade de Manaus possuía dois projetos de tarifa sociais mais avançados no Brasil, de forma que essa taxa seria abordada na COP30 por beneficiar um grande número de pessoas. Outro assunto levantado por ele foi a falsa dicotomia entre serviço público e privado. Quanto aos questionamentos sobre relação empresa/consumidor pontuados no decorrer da reunião, o diretor-presidente da empresa de Águas pediu desculpas, uma vez que a

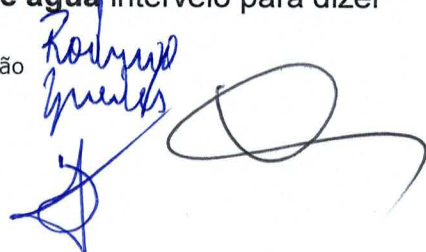




DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA  
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da COMASA, realizada no dia 31.03.2025

empresa era interessada nessa boa relação, a forma de disponibilizar uma equipe para atender a população 24 horas. Com relação ao residencial Viver Melhor disse que estiveram reunidos várias vezes, desculpando-se por não poder apresentar uma solução imediata, pois entorno do residencial havia uma série de áreas irregulares que consumiam a água, caracterizando esse consumo como perda social, dificultando o fornecimento de água naquela região. A despeito disso, haviam disponibilizado funcionários para que esse trabalho fosse acompanhado e solucionado. Acerca da qualidade da água, ele disse que a concessionária fazia coletas diariamente em diversos pontos para verificar a propriedade da água. Salientou que no decorrer da reunião havia uma equipe para atender caso a caso. Com relação a dificuldade de distinguir as funções da rede de esgoto da rede de drenagem, assim como a importância da ligação dos serviços desses serviços, temas pontuados pelo vereador Rodrigo Guedes, o diretor-presidente da concessionária de Águas explicou a diferença. Neste momento foi apresentado um vídeo sobre a estrutura do esgoto e da drenagem pelo vereador Rodrigo Guedes. Retornando a palavra, **o diretor-presidente da empresa de Águas**, reforçou a explicação sobre cada um. Neste instante, interferiram o vereador **Zé Ricardo** para solicitar esclarecimentos acerca da cobrança de esgoto aonde o serviço não era efetuado pela empresa de água e um morador da rua Leopoldo Peres para dizer que não recebia o serviço, mas recebia cobrança. Em resposta, o senhor **Pedro Augusto de Freitas** respondeu o questionamento anterior, prontificando-se a fazer o teste daqueles moradores presentes que duvidassem do serviço. Quanto a cobrança de esgoto, afirmou que a cobrança era feita somente aos beneficiados pelo serviço de coleta e tratamento. No que concerne as indagações do senhor Inaldo Seixas, disse que uma vez a rede estivesse disponível, poderia ser feita a cobrança, exceto a Zona Franca de Manaus que era beneficiada com a isenção e, ainda havia uma parte de usuários não conectados inviabilizando a redução da tarifa. Falou sobre a lei federal que regia o uso dos poços artesianos. Neste instante, uma moradora do condomínio Jardim Brasil interrompeu os trabalhos para dizer que havia estourado um cano no seu condomínio e, neste momento os condôminos estavam pedindo providências. Em resposta, o diretor-presidente da Água de Manaus disse que uma equipe estava a caminho. O vereador **Rodrigo Guedes** perguntou a razão de haver tanta reclamação dos serviços, mesmo que funcionasse de maneira correta ao seu ver. Em resposta, o diretor-presidente da Água de Manaus detalhou a operação da concessionária. O senhor **Magno** de tal, morador do bairro de São Francisco disse que tanto a equipe técnica da AGEMAN quanto a concessionária de Manaus haviam vistoriado a área e constatado que não havia sistema de esgoto, mas captação de água pluvial. Por conseguinte, a concessionária implantaria o serviço posteriormente, mas foi inviabilizado porque havia uma cisterna quebrada, devendo ser concertada primeiramente. No entanto, desde dezembro passado a cobrança estava sendo enviada aos moradores, discordando das colocações do diretor-presidente da concessionária. **O diretor-presidente da concessionária de água** interveio para dizer





DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA  
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da COMASA, realizada no dia 31.03.2025

que a equipe técnica estava presente para tratar caso a caso, portanto, sugeriu que essas pessoas procurassem a equipe, a fim de que o problema fosse solucionado. Na sequência, o vereador **Zé Ricardo** enfatizou que o órgão responsável era a prefeitura. Portanto, ela deveria ser cobrada. Na mesma esteira dos outros reclames, outro **condômino do residencial Jardim Brasil**, se manifestou para dizer que apesar do apartamento estar fechado, as cobranças não cessaram, e tampouco conseguiu suspender o serviço. Neste momento da audiência pública, as partes confabularam entre si. Continuando, **o diretor-presidente da AGEMAN**, falou que no auge da pandemia, a inflação foi muito alta, então, naquele período a empresa teria direito a um reajuste de mais de 42%, mas não foi concedido pela prefeitura, acertando apenas um reajuste de 10% e o restante da correção devendo ser parcelado. Com relação ao questionamento das treze metas, esclareceu que as mesmas não estavam atrasadas e, eram anualmente fiscalizadas. Quanto as metas relativas aos serviços de água até o ano de 2033 era alcançar 99% de abastecimento, mas até o momento estavam dentro da meta. Com relação a tarifa de esgoto a meta de universalização seria para 2035, mas a partir do 7º termo aditivo essa meta foi antecipada. Sobre os questionamentos do vereador Rodrigo Guedes no tocante aos buracos, ele disse que isso também era uma indignação da AGEMAN por prejudicar muito a cidade. Enfatizou as diligências da empresa em alguns bairros da Cidade. Em resposta ao representante do Fórum das Águas do Amazonas, senhor **Sandoval Alves Rocha**, o representante da AGEMAN, discordou o posicionamento sobre a falta de autoridade. Com relação ao questionamento do senhor **Humberto de Alencar**, respondeu dizendo que era importante destacar a diferença entre rede de drenagem e rede de esgoto, explicando na sequência. Sugeriu que as pessoas acionassem a AGEMAN quando desconfiassem de irregularidade no sistema de esgoto. Sobre os questionamentos do senhor Inaldo a respeito das tarifas módicas, falou que a ideia era muito boa. Logo, explicou sobre os diferentes tipos de tarifas e os procedimentos para serem aplicados. Logo, **o diretor-presidente da AGEMAN** disse que modicidade tarifaria era um pilar de toda agência reguladora. No tocante aos questionamentos do morador do residencial Viver Melhor disse que depois poderiam se reunir para tratar sobre a adesão as tarifas sociais. Ainda, disse que seria verificado a possibilidade de suspender as cobranças no período em que o poço não estiver regularizado. Neste momento, o vereador **Zé Ricardo** questionou novamente sobre a redução ou suspensão da tarifa de esgoto. Na sequência, o senhor **Edvan Alves**, representando a associação de moradores do bairro Jorge Teixeira, perguntou se onde não havia tratamento de deveria se pagar a taxa de esgoto. Em resposta, o **diretor-presidente da AGEMAN** disse que onde não tinha todas as etapas do tratamento do sistema de esgoto, não haveria cobrança. Interveio **o diretor-presidente da Água de Manaus** para prontificar-se com os moradores do bairro do Jorge Teixeira a acompanhar a inspeção da concessionária de





Ata da Audiência Pública da COMASA, realizada no dia 31.03.2025


águas. Retornou a palavra o **diretor-presidente da AGEMAN** neste momento para orientar os presentes sobre o procedimento a seguir na falta de atendimento pela concessionária de água. Na sequência, explicou sobre o procedimento de cobrança que deveria ser adotado pela concessionária, destacando que a CPI desta Augusta Casa havia resultado com o Termo de Ajustamento de Gestão para ser cobrado 75% do valor que até então era de 100%. Perante o exposto, o vereador **Zé Ricardo** perguntou quem havia decidido essa tarifa e qual havia sido o embasamento para o aumento dessa cobrança. Em resposta, o **diretor-presidente da AGEMAN**, disse que a decisão da tarifa havia sido estabelecida no ano de 2000 e, que a cada quatro anos era contratada uma empresa para realizar o processo de revisão ordinária estabelecendo as novas tarifas. Por conseguinte, o vereador **Zé Ricardo** disse que haveria necessidade de marcar uma nova audiência para discutir essa tarifa já que se permanesse desse modo continuaria aumentar a tarifa. O parlamentar concluiu que faltava clareza na aplicação desse novo percentual da tarifa, precisando ser discutida. Com a palavra, o senhor **Robson Goiabeira**, representando a Unidade Gestora Municipal de Abastecimento de Energia Elétrica – UGPM ENERGIA/SEMINF, colocou-se à disposição para ser um elo entre os órgãos, intermediando qualquer discussão a respeito da água, bem como disponibilizou o número de contato da instituição. Mais uma vez, o senhor **Sandoval Alves Rocha** retornou a palavra para dizer que as respostas da concessionária de águas não eram satisfatórias, indagando se não existia um mecanismo jurídico neste poder para formar um comitê de estudo para não sair daqui sem encaminhamento ou solução. O vereador **Zé Ricardo** falou que todas as sugestões seriam anotadas. Depois, o vereador **Pai Amado** voltou a questionar dos representantes da concessionária de água, o prazo de execução dos serviços pela empresa de água e colocou-se à disposição. Em resposta, o **diretor-presidente da AGEMAN** esclareceu que a questão dos prazos era aleatória, pois dependia do serviço, no geral não passava de 24 horas. Falou, também, sobre a importância de entrarem em contato com a instituição. O vereador **Rodrigo Guedes** ressaltou que a prestação dos serviços de água precisava ser resolvida. Ao finalizar os trabalhos, o vereador **Zé Ricardo** agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o presidente da sessão agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos. E, para que conste, eu, Rosenice Rivera.....(Rosenice Rivera, secretária da comissão), lavrei a presente Ata que, depois de lida, discutida, votada e aprovada, foi assinada pelos membros presentes.



DIRETORIA LEGISLATIVA  
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA  
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da COMASA, realizada no dia 31.03.2025

  
**Ver. Zé Ricardo (PT)**  
Presidente da Sessão

  
**Ver. Pai Amado (AVANTE)**  
Membro COMASA

  
**Ver. Rodrigo Guedes (PP)**  
Membro/COMASA

  
**Ver. Sérgio Baré (PRD)**  
Suplente/COMASA

